

TRAVESTILIDADES NEGRAS CONSTRUINDO CONFLUÊNCIAS NA SAÚDE MENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

BLACK TRAVESTITILITIES CONSTRUCTING CONFLUENCES IN MENTAL HEALTH: A REPORT OF EXPERIENCE

Jessyka Silva Rodrigues¹
Hallisson Eduardo dos Santos Pinho²
Dandara Leite Carvalho³
Pettra Roque Araújo da Silva⁴
Rafael Lerli de Araújo Silva⁵
Taíssa da Silva Souza⁶

Resumo: o presente relato aborda sobre o evento intitulado 1ª Confluência de travestis e transgêneros interseccionadas na saúde mental, realizado pela equipe Fiocruz Piauí no município de Parnaíba-PI. Na introdução aborda-se sobre o evento intitulado 1ª Confluência de travestis e transgêneros interseccionadas na saúde mental, realizado pela equipe Fiocruz Piauí no município de Parnaíba-PI e, também, como se dá o processo de iniciação da estruturação dos movimentos coletivos de pessoas trans na cidade de Parnaíba-PI e como a influência de organizações nacionais são importantes na formação e no fortalecimento desses grupos para atuação junto a aquisição de direitos, e promoção de saúde e cidadania. A metodologia é caracterizada como qualitativa, exploratória e observação in loco, cujos dados são analisados pelas descrições realizadas no diário de campo e pelas literaturas afinadas ao tema. Os resultados e as discussões exploram aspectos relacionados à formulação de ideias, narrativas e ações voltadas para a população de travestis e transexuais negras, com destaque para as vivências dessa comunidade. A ancestralidade também é discutida, valorizando as pioneiras do movimento na luta por direitos e cidadania. Movimentos esses que buscam promover acolhimento e fortalecimento tanto das travestis e transexuais negras da vanguarda quanto das novas gerações, incentivando-as a adotar a coletividade como um caminho para impulsionar transformações sociais em seus territórios.

Palavras-chave: Travestilidades negras; ancestralidade; políticas públicas; aquilombamento; saúde mental.

Abstract: this report discusses the event entitled "1st Confluence of Travestis and Transgender People Intersectional in Mental Health," held by the Fiocruz Piauí team in the municipality of Parnaíba-PI. The introduction addresses the process of initiation in the structuring of collective movements of trans people in the city of Parnaíba-PI, and how the influence of national organizations is crucial in the formation and strengthening of these groups for the acquisition of rights and the promotion of health and citizenship. The methodology is characterized as qualitative, exploratory, and based on on-site observation, with data analyzed through field diary descriptions and literature related to the theme. The results and discussions explore

¹ Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí, Pesquisadora da Fiocruz- Piauí. Educadora Popular de Saúde. Docente/ coordenadora do Projeto Saúde na Escola. Orientadora de Serviço do Pet Saúde Equidade na Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Integrante do Grupo de Estudo de Gênero, Raça, Classe e Trabalho (NEGRACT) da UFDPar.

² Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Assistente de Pesquisa Fundação Oswaldo Cruz Piauí. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça, Classe e Trabalho (NEGRACT) da UFDPar. Especializanda em Educação Popular em Saúde pela Fiocruz Brasília.

³ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Bolsista PIBID Fundação Oswaldo Cruz Piauí. Integrante do NEGRACT (Núcleo de Gênero, Raça, Classe e Trabalho) UFDPar.

⁴ Psicóloga, psicodramatista e conselheira do CRP21, mestranda PPGPSI UFDPar, parecerista Revista Brasileira de Psicodrama e Atriz Escola de Teatro Gomes Campos.

⁵ Transmasculino negro, psicólogo formado pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela UFDPar, vinculado à linha de pesquisa Psicologia, Saúde Coletiva e Processos de Subjetivação (PPGpsi/UFDPar).

⁶ Graduanda de Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).

aspects related to the formulation of ideas, narratives, and actions aimed at the population of Black travestis and transsexuals, highlighting the experiences of this community and their ancestral roots, valuing the pioneers of the movement in the fight for rights and citizenship. These movements aim to promote support and empowerment for both the Black travestis and transsexuals at the forefront and the new generations, encouraging them to adopt collectivity as a path to drive social transformations in their territories.

Keywords: Black Travestis; ancestry; public policies; quilombamento; mental health.

1 INTRODUÇÃO

De início, é preciso explicar para leitoras e leitores que nesse texto foi adotada uma postura transfeminista para dar maior visibilidade às autoras, ativistas, e outras pessoas citadas, dessa forma em algumas citações transcrevemos seus nomes por extenso na primeira vez citada e não apenas o sobrenome; o sobrenome vem sempre com conotação masculina, uma herança colonial (Giacometti, 2019). Seguindo essa estratégia transfeminista fazemos também suas localizações sociais, além de adotar a flexão de gênero em nossa escrita. Tomando de exemplo as autoras travesti negra Jessyka Rodrigues e mulher negra sapatão Elaine Nascimento, iniciamos sempre com o gênero feminino, o que faz parte de uma política de reparação (Rodrigues; Nascimento, 2024).

O evento “1ª Confluência de travestis e transgêneros interseccionadas na saúde mental”, realizado pela equipe Fiocruz Piauí no município de Parnaíba-PI, aconteceu no dia 30 de janeiro de 2024 no campus da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR). Os objetivos deste evento foram criar um espaço para que travestis e transgêneros compartilhem suas experiências e desafios no contexto da saúde mental, levando em conta fatores de sofrimento e adoecimento como racismo, transfobia, discriminação, exclusão e violências simbólicas do dia a dia, promovendo também um momento de acolhimento e resgate histórico da luta de travestis e transgêneros com a finalidade de reconhecer e fortalecer esta população.

Como apoiadoras(es) do evento contou-se com a ajuda da UFDPAR, do Núcleo de Estudos em Gênero, Raça, Classe e Trabalho (NEGRAC), o Núcleo Tenda de Artes e Educação em Saúde (TEARESF), o Fórum Black Trans Brazil (FONATRANS) e o Conselho Regional de Serviço Social do Piauí (CRESS-PI). Além de estarem presentes no momento do evento, o Centro de Testagem e Acolhimento (CTA) de Parnaíba realizou testagens simples, distribuiu itens para segurança sexual, tirou dúvidas e prestou orientações.

A necessidade do evento foi primeiro percebida pela pesquisadora Jessyka Rodrigues, sendo ela coordenadora do núcleo da FIOCRUZ-PI de Parnaíba, ao perceber que a discussão sobre saúde da população travesti e transexual negra não ocorria nos dispositivos de saúde e na universidade. Sendo esse um tema não debatido, a violência transfóbica ocorria de forma constante nos dispositivos de saúde quando a população trans tentava acessar à saúde (Magalhães, 2018).

Além disso, o termo confluência usado no título do evento foi escolhido através da cosmo percepção do intelectual quilombola Nego Bispo ao usar esse termo para a

construção de ideias pluriversais, entendendo que assim como os rios se encontram durante o seu percurso, ideias diversas sobre o mundo precisavam se encontrar. Nesse sentido, diante da lacuna e da necessidade de fomentar essa discussão, o evento “1ª Confluência de Travestis e Transgêneros” surge como forma de dar corpo e substância a essa ideia através de uma visão holística de inclusão e de valorização da experiência das pessoas trans no campo da saúde mental, que são fundamentais para a transformação social e para a construção estratégica de políticas públicas (Santos, 2023).

2 DEIXE QUE EU FALE, NÃO AS MINHAS CICATRIZES

O movimento social é o quilombo na contemporaneidade com o objetivo de tensionar as estruturas opressoras e, sobretudo, de construir um fortalecimento de afetos, possibilidades de cura coletiva, pois não se vence guerras com corporalidades adoecidas. A população de travestis e transexuais sempre esteve no campo da batalha por direitos sociais para população trans e população LGBcis (Lésbicas, gays, bissexuais cisgêneras(os)).

No Brasil, o Grupo Somos, fundado em 1978, em São Paulo, adotou uma postura excludente e não permitiu a participação de gays afeminados e travestis. A lógica era a mesma dos grupos de esquerda que faziam frente ao regime militar em curso e defendiam a tese de que “o homem gay afeminado não ‘combinava’ com a Revolução”. Por sua vez, o regime militar colocou em curso um processo de higienização e caça aos gays afeminados e às travestis “e todo e qualquer desviante sexo-gênero, e degenerados” (Green *et al.*, 2018)

É notório que essa prática excludente e de apagamento existe na atualidade. Os movimentos sociais no Brasil têm como lideranças homens cis brancos e que não abraçam as experiências e especificidades de traveslidades negras, contribuindo para manutenção de um (cis)tema opressor. Essa reflexão é sinalizada pela Travesti negra e professora Megg Rayara (2018).

Diante disso em Parnaíba-PI no dia 25 de abril de 2013 surge a primeira reunião para discutir sobre formas de articulação de mulheres trans e seus direitos na sociedade, liderada por Jessyka Rodrigues e mais quatro mulheres trans negras. Surgia o Coletivo Boneca de Pano e então, começava a se estruturar um momento intimista, mas cheio de significados, como a busca por reconhecimento e dignidade indo ao encontro à pauta de pessoas transgenerês.

Assim como aborda Nascimento (2023), ao evidenciar os pressupostos teóricos dos moradores das lutas transfeministas e a sua importância para com a sobrevivência na sociedade que se estrutura no patriarcado e na transfobia. Nesse sentido, tendo o movimento uma base mais firme e sólida, que permita trabalhar no acolhimento, na promoção de cidadania ampliada e potencialidades da população de travestis e transexuais. Essa realidade se amplia na perspectiva micro e macro, provocando a necessidade da

população de Travestis e Transexuais construírem movimentos que dialoguem e tensionam o Estado sobre essas especificidades, pois a experiência dessa população é intransponível.

O Acolhe Trans é um coletivo autogestionado por pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros) sem representação jurídica e sem vinculação governamental ou partidária. O principal objetivo do Acolhe Trans é potencializar a construção de ações coletivas de valorização, visibilidade e conquista de direitos sociais das pessoas trans. O coletivo atua na cidade de Parnaíba - Piauí e região circunvizinha desde o ano de 2016, momento em que as travestis negras Jessyka Rodrigues e Letícia Carolina chegaram ao entendimento que tanto no cenário local como nacional os grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT's) eram majoritariamente formando por homens cis gays, o que invisibilizava as demandas sociais da população trans.

Dessa forma, o Acolhe Trans, nasce da demanda de um homem trans ao procurar Jessyka Rodrigues para compreender como acessar os dispositivos de saúde. Assim, esse movimento surge com a proposta de reunir a população de travestis e transexuais para pensar suas realidades pluridiversas, assumindo uma perspectiva de empoderamento social coletivo, com o foco no fortalecimento pessoal, social e político para que pessoas trans inseridas em seus contextos possam promover transformações sociais.

As primeiras ações do grupo tinham como foco o processo de escuta sensível entre pessoas trans, um acolhimento no qual as pessoas trans se sentissem seguras e confortáveis para compartilhar suas experiências. Nesse primeiro momento, o grupo contou com a colaboração de um psicopedagogo, com doutorado em psicologia vinculado ao curso de medicina da Universidade Federal do Piauí (UFPI), o professor Vladimir Felix - homem cis gay, que ainda acompanha o grupo, onde promoveu oficinas terapêuticas coletivas em que as pessoas trans tiveram suas identidades de gênero dissidentes abraçadas e fortalecidas.

No ano de 2017, além das oficinas terapêuticas, o Acolhe Trans passou a intensificar sua participação em atividades de formação promovidas em escolas e universidades. Nessas ações, além de compartilhar suas vivências como estratégia de sensibilização para o respeito à dignidade das pessoas trans, eram dadas orientações sobre a utilização do nome social. A partir desse período, o grupo passou também a intermediar o encaminhamento das pessoas trans para atendimentos com psicoterapeutas e psiquiatras quando necessário. Em meados de 2018, como o provimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além das oficinas e atividades de formação, o grupo passou a fornecer orientações para que as pessoas trans pudessem retificar seu prenome civil, ação que se intensificou em 2019.

Desse modo, com o passar do tempo, o grupo ampliou suas possibilidades de atuação. O Acolhe Trans mudou seus objetivos abraçando as demandas apresentadas pelos seus próprios integrantes, tendo em vista que o grupo é autogestionado por seus membros de modo democrático. Assim sendo, o grupo que inicialmente promoveria a acolhida por meio

de conversas, passou a intervir na realidade social de modo a garantir o exercício da cidadania das pessoas trans.

Nesse processo de escuta, a dimensão do trabalho sempre foi uma preocupação que afeta muito a saúde mental das pessoas trans. A transfobia e o racismo, somados a esse sofrimento, se constituem como uma grande barreira para a contratação dessas pessoas no mercado de trabalho formal, e mesmo quando decidem empreender, os desafios se ampliam com a discriminação social e falta de apoio. A discriminação no acesso ao mercado de trabalho formal se agrava ainda mais quando se trata de travestis e mulheres trans, o que expressa através de dados que revelam que cerca de 90% da população transfeminina está na prostituição (Krizizanowski, 2022).

3 CONFLUINDO SABERES

Durante o período da manhã no evento, as convidadas e participantes denunciaram a patologização social que ocorre com as pessoas trans, mesmo que o termo transexualismo tenha caído em desuso após as reivindicações dos movimentos sociais, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) permanece tratando essa questão a partir de parâmetros diagnósticos. Levando isso em consideração, essa influência perpassa tanto a formação de profissionais de saúde quanto na estruturação de dispositivos e serviços de saúde, sendo um dos fatores responsáveis pelo distanciamento da população trans e consequentemente pela atribuição equivocada de diagnósticos, encaminhamentos e tratamentos no que tange ao cuidado de saúde integral (Preu; Brito, 2019).

Nesse contexto, o acesso à saúde de travestis e pessoas trans ainda é permeado pela lógica do Transsexual Verdadeiro, criada por Harry Benjamin, que tenta estabelecer normativas sobre a transsexualidade de forma que a coloca em termos muito rígidos e nosológicos. Esse acesso, que antes se dava pelo processo transexualizador e atualmente pelo Programa de Atenção à Saúde da População Trans, ainda é permeado por essa lógica da Transsexualidade Verdadeira. De forma que os atendimentos endocrinológicos e psicológicos ainda reforçam a patologização da transsexualidade, o que pode ser observado por perguntas frequentes que reforçam a obrigatoriedade da maternidade e de que a vida sexual deve ser inexistente (Sofia Favero, 2020).

Essas perguntas operam pela cis-heterossexualidade compulsória (Butler, 2017), de modo que mulheres trans só poderão provar que são mulheres a partir de certos estereótipos associados com a feminilidade, como a maternidade, a necessidade de ter um relacionamento com um homem cis e uma vocação para ser dona de casa.

Já a necessidade de regular a vida sexual vem da ideia de todas as pessoas trans têm disforia e desconforto com a genital, o que deveria impedir a prática de relações sexuais. Esses estereótipos são advindos das teorias do estadunidense Harry Benjamin e possuem

uma carga colonial e imperialista muito grande, já que tenta estabelecer uma verdade sobre identidades de gênero que sequer existiam no Norte global, como a identidade travesti (Preciado, 2023).

Muitas pessoas trans são submetidas a péssimos tratamentos, quer seja nos dispositivos de saúde como também de educação, isso tem se mostrado uma política higienizadora que visa padronizar e distanciar essa comunidade de direitos fundamentais citados na declaração universal dos direitos humanos (2015). Com essa proposição temos a narrativa de Bento (2018) sobre a necropolítica que preconiza a ruptura de direito à vida, colocando essas pessoas como abjetas e lhe negando o direito de serem ouvidas e vistas, que demarca um território nada sutil quando se trata de vidas trans, lançamos assim a questão: Vidas trans importam? (Kristeva, 2004).

É fundamental também falar sobre a obrigatoriedade da disforia, como se todas as pessoas trans fossem um diagnóstico e precisassem dessa afirmação para poder acessar aparatos de saúde. Além disso, outro ponto a se considerar é a saúde mental, a qual mais se abala pela exclusão do que por qualquer outra limitação, assim, podemos compreender que os estigmas transfóbicos dentro dos dispositivos de saúde não contribuem para a promoção da saúde física e mental das pessoas travestis e trans, mas sim promovem adoecimento (Bagagli, 2016).

Entendendo que a despatologização das identidades travestis e trans é necessária para a autodeterminação desses sujeitos, os movimentos sociais começaram a se organizar em nível global pela despatologização. Essas reivindicações se iniciaram a nível global com a campanha internacional Stop Trans Pathologization, no ano de 2007, pautando a retirada da transsexualidade dos manuais de diagnóstico de doenças e melhorias na atenção à saúde da população trans. Sendo assim, é notória a importância dos movimentos sociais em todos os avanços no que tange ao acesso e melhorias de saúde da população trans.

No Brasil, a campanha chegou no ano de 2010, tendo o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo como principal núcleo das ações, essa campanha e outras ações acarretaram na Resolução CFP nº 01/2018, que estabeleceu uma normativa sobre cuidado e atuação de profissionais de psicologia em relação às pessoas travestis e transexuais. A campanha estabeleceu o Dia Internacional De Ação pela Despatologização Trans, ocorrendo no dia 21 de outubro.

4 NARRATIVAS TRAVESTIS: ABRINDO CAMINHOS COM NAVALHAS ANCESTRAIS

Neste evento, esteve presente como convidada principal Jovanna Cardoso, popularmente conhecida como Jovanna Baby, sendo ela uma mulher travesti negra, idealizadora e fundadora do movimento social político organizado das travestis no Brasil e

atual presidenTRA (neologismo em referência às palavras presidenta e travesti) do Fórum Black Trans Brazil (FONATRANS).

No momento de fala da convidada durante o período da manhã, cujo título foi “Narrativas travestis: abrindo caminhos com navalhas ancestrais” ela começou relembrando sobre a criação da Associação Damas da Noite, a primeira organização no Brasil a reunir prostitutas cis, trans e travestis que surgiu nos anos 1970 em Vitória, Espírito Santo. Associação que foi idealizada e liderada por Jovanna nos seus primeiros anos de militância, incluindo não só pessoas trans, mas também cisgêneras, demonstrando que a luta no combate à transfobia e ao racismo são lutas interseccionais onde não deve haver segregação.

O discurso de Jovanna nos impulsiona a refletir sobre como a experiência do movimento político organizado tem o poder de transformar e mudar o decurso da história social e também da vida de várias pessoas. Nesse contexto, alguns marcos do pioneirismo travesti são citados por Jovanna, como o processo de saída em manifestação pelas ruas, sendo a primeira no Rio de Janeiro, a segunda em Vitória e a terceira em Fortaleza, intituladas como “Marchas pela Diversidade Sexual” enquanto outros segmentos da comunidade como as LGBcis infelizmente não se implicavam nessas movimentações.

Nessa perspectiva, pode-se dar a falsa impressão de que o movimento LGBTQIAPN+ é unido e luta integralmente pela causa, contudo, na prática, os preconceitos de raça e gênero se mantêm presentes sobre uma nova roupagem em parceria com o patriarcalismo que beneficia homens cis gays brancos (Parmenter *et al.*, 2020). Assim, cada um tem a tendência de lutar por sua própria categoria e a porcentagem trans e negra fica deixada de lado, sofrendo mais violências dentro e fora da comunidade. Nesse sentido, podemos perceber através da história que as raízes escravocratas do Brasil ainda deixam os seus impactos (Bernardo, 2015), seja nas formas de racismo mais diretas, seja nas mais “sutis”, estas últimas sendo as mais comuns e normalizadas.

Ademais, sobre a transfobia, dentro da comunidade muito se fala sobre o direito de amar, mas se é esquecida a luta pelo direito de existir em corpos trans. Ao mesmo tempo em que há a fetichização desses corpos, sendo o Brasil o país que mais consome pornografia trans no mundo, expondo um cenário onde esses corpos habitam o campo dos desejos, mas também da repulsa, considerando que somos o país que mais mata essa população (Mendes; Silva, 2020). No entanto, antes de chegar ao assassinato propriamente dito, existem as piadas sobre genitália, o menosprezo ao cabelo crespo, o desrespeito ao nome social, a ofensa a traços negroides e tantas outras discriminações que não deixam de existir dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+ que deveria acolher.

Retornando à fala de Jovanna, ela compartilhou alguns desafios presentes para comunidade trans durante a pandemia, havendo a necessidade de auxílio governamental para necessidades básicas de sobrevivência que foram ainda mais precarizadas pelo

contexto da crise sanitária. Em vista disso, Jovanna articulou a distribuição de cestas básicas para travestis, mulheres trans e também para mulheres cis negras durante essa época. A assistência oferecida por ela é nobre e faz parte das diversas iniciativas que fez em prol das pessoas trans durante seus anos de ativismo, demonstrando a importância de proteger e fortalecer a comunidade, porém também demonstra a falha do Estado ao escolher não auxiliar a população trans e negra.

Por fim, Jovanna durante sua fala resgata alguns nomes de travestis que conheceu ao longo de sua caminhada, como Elizabelita Kennedy e Gisberta, pois considera que são nomes que precisam ser lembrados em nossos territórios, uma vez que história do movimento não se resume ao levante trans estrangeiro que muitas vezes somente relembra de Marsha P Johnson nos Estados Unidos. Portanto, as travestis ancestrais a nossa história também são referências potentes para orgulhosamente honrarmos e pensarmos na construção de futuros possíveis e prósperos para a população trans.

Além disso, na oportunidade, em diálogo com a convidada Jovanna, o reitor da UFDPAR João Paulo Macedo, comentou a respeito da inclusão de pessoas trans na universidade. Nesse momento, ele apontou sobre a necessidade de uma agenda estratégica para garantir o acesso e a permanência de estudantes trans, havendo a necessidade de modificar algumas estruturas da universidade para que se torne um ambiente genuinamente acolhedor com a população de travestis e transexuais. Na oportunidade, o reitor ainda reforçou sua aliança e o compromisso da universidade em parceria com a Fiocruz Piauí em promover ações de inclusão e cidadania para a população trans.

Nesse cenário, alguns meses depois da 1ª Confluência Trans, a UFDPAR também decretou a política de cotas para pessoas trans na instituição. A ação discutida desde 2022, que se materializou no dia 19 de outubro de 2024 e que se tornou um grande símbolo de pioneirismo e compromisso ético-político no que tange às ações de reparação histórica, pois foi uma das primeiras do país e a primeira do estado do Piauí a tomar essa iniciativa.

5 SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO TRANS

O professor Vlade iniciou o período da tarde do evento com uma discussão sobre saúde mental da população trans, evidenciando o quanto ela é negligenciada e pouco debatida. A saúde mental tornou-se tópico frequente de debate frente à aceleração e competitividade do século XXI, as discussões demonstraram que jovens transgêneros têm maiores taxas de depressão, tendências suicidas e transtornos alimentares em comparação com seus pares (Connolly *et al.*, 2016). Não se trata de uma competição de sofrimento, mas de reconhecer as demandas específicas em saúde dessa população, especialmente a mental, porque a estigmatização, exclusão, falta de acesso a recursos, violência física e psicológica, além da disforia presente em alguns, afetam completamente sua autoestima e sua forma de ver a vida com os desafios que enfrenta.

As condições de vida da população transexual e travesti no Nordeste é influenciada por uma série de fatores sociais, econômicos e culturais específicos da região. Muitas pessoas enfrentam altos índices de violência, discriminação e exclusão social, o que impacta diretamente na saúde mental. A falta de políticas públicas efetivas e a carência de serviços de saúde especializados agravam esses desafios, deixando muitas pessoas sem acesso a acompanhamento psicológico ou outros cuidados essenciais. Além disso, a transfobia estrutural e a marginalização muitas vezes levam a situações de vulnerabilidade, como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal e o acesso precário à educação.

No contexto nordestino, a religiosidade e os valores culturais tradicionais podem, em alguns casos, intensificar o preconceito e a rejeição familiar, contribuindo para o isolamento social e o sofrimento mental. No entanto, a região também é marcada por uma forte resistência coletiva e organizada politicamente, com movimentos sociais que lutam por direitos e visibilidade. Esses espaços de acolhimento e militância são fundamentais para oferecer suporte emocional e fortalecer as pessoas transexuais e travestis, criando redes de solidariedade que ajudam a enfrentar os desafios cotidianos.

Nesse ponto de vista, é essencial a criação de coletivos de cuidado e acolhimento à população trans em Parnaíba visto que são indivíduos com tendência a serem discriminados pela sociedade conservadora, o que faz com que muitas vezes só encontrem conforto, solidariedade e apoio social dentro de seus próprios grupos. Pode-se perceber que desde o início da resistência à transfobia no Brasil o apoio mútuo tem sido essencial, assim como foram as redes de amizade na década de 1960 no Rio de Janeiro que potencializaram experiências trans e autorressignificação entre dissidentes de gênero e sexo da cisheteronormatividade (Lopes; Santos, 2024).

Desse modo, há maior chance dos sentimentos de pessoas trans serem validados, sem a necessidade de dar grandes explicações, como ocorre com a população cis. Esse grupo, por não vivenciar aquela realidade, acaba não se preocupando em entender as diversas dimensões que causam sofrimento para as pessoas trans. Ademais, a compreensão de aquilombamento existente (Aranha *et al.*, 2023; De Oliveira; Dos Santos, 2023) torna tudo mais simples, pois muitas vezes as aflições são comuns a outras pessoas trans. As violências sofridas por cada pessoa têm suas especificidades, mas têm a tendência a ocorrer de forma parecida e com a mesma matriz de opressão, a cisheteronorma (Rosa, 2020).

Moreira e Patelli (2019) relataram em seu artigo a experiência com o grupo TranspareSer, composto por pessoas trans e acompanhado pelos técnicos do Centro de Referência em Assistência Social, ressaltando como uma inovação a realização desse grupo, pois não é comum que os equipamentos da política de assistência social fortaleçam os vínculos comunitários da população trans através de seus serviços.

A capacitação de profissionais da saúde, educação e assistência social para lidar com as especificidades das identidades trans se mostra como essencial. A construção de uma

sociedade mais justa passa pelo reconhecimento da dignidade e dos direitos das pessoas transexuais e travestis, promovendo não apenas a sobrevivência, mas a possibilidade de uma vida plena e saudável.

6 TENDA DOS AFETOS, VIVÊNCIAS TRAVESTIS E TRANS

Ainda durante o período da tarde tivemos a Tenda de afetos, uma proposta baseada na teoria de Meneses (2015) que retrata como um lugar propício para objetivar os movimentos de afeto e os processos populares que culminam na integração e consolidação dos membros. Foi conduzida pelo professor negro e umbandista Vladimir Félix, e intermediada pela psicóloga e travesti negra Pettra Roque e pelo psicólogo e homem trans Rafael Lerli. Pettra trouxe uma intervenção sociodramática, pautada na teoria de Moreno e Moreno (2006) intitulada “Quem você me lembra?”, onde os participantes iriam se auto reconhecer pela realidade suplementar no olhar e no acolhimento ofertado pelo outro.

No compartilhamento da cena, foram mencionadas as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e às instituições de ensino, causadas pela negligência do nome social, que é garantido por lei, como aborda Bento (2014). A autora traz em suas pesquisas a precarização do direito pleno de pessoas trans ao respeito do nome social nesse contexto, além do desconhecimento gente as discussões sobre diversidade quando se fala de inclusão e reconhecimento frente a uma sociedade pautada na cisgeneridade.

Também, no período da tarde, foi apresentada a narrativa de Paloma sobre a sua história e as dificuldades de ser uma travesti preta e mãe solo de uma criança autista, uma vez que travestis não são pensadas para ocupar o espaço da maternidade ainda que esse desejo seja compulsório na construção do ideal da transexualidade médica. Em sua fala, Paloma relata sobre as dificuldades financeiras e sua relação com os vizinhos de sua rua, já que esses constantemente a denunciam para o conselho tutelar através de falsas denúncias sobre agressão ou maus tratos contra seu filho.

É necessário questionar o caráter transfóbico e racista dessas denúncias, que se aproveitam do racismo e do cissexismo institucional para ameaçar uma população extremamente vulnerabilizada, partindo de um pressuposto que travestis e mulheres trans são incapazes de cuidar de crianças, ou, até mesmo, uma ameaça para a integridade física e psicológica delas. A família nuclear se organizou sendo um espaço de violência e exclusão de corporalidades travestis, uma vez que sua base é profundamente cishetero visando a manutenção do sistema capitalista através da reprodução (Palha, 2019).

Um paralelo entre a narrativa de Paloma pode ser feito com a série Manhãs de Setembro (Prime Vídeo), protagonizada pela personagem Cassandra, uma travesti preta que aos 30 anos descobre a existência de um filho de 8 anos. Sendo impossibilitada de transicionar mais cedo e assumir a sua identidade, principalmente pelas dificuldades e desigualdades do racismo, Cassandra se vê tendo que construir uma maternidade após

conseguir estabilidade financeira, algo almejado a muito tempo. A relação de Cassandra com seu filho vai de uma resistência e desconforto a uma maternidade cada vez mais sólida, construída com muita paciência e convivência com seu filho (Fischer; Vaz, 2025).

Apesar de a UFDPAr ser um espaço central e público de Parnaíba, mobilizar a população trans para participação presencial de eventos como esse é um desafio, porque, inicialmente, é difícil saber o tamanho do público-alvo e encontrá-lo em sua totalidade, já que a divulgação tem suas limitações e não chega a todas as pessoas. Além disso, a universidade é um espaço que assusta e a transfobia institucional faz com que nem todo mundo se sinta confortável e merecedor de estar naquele espaço sem ser estudante. Existe também a falta de empregabilidade ou de salários dignos, fatores que se convertem em falta de renda e são determinantes, se transformam em dificuldades de acesso, mobilidade e transporte para esses espaços (Licciardi *et al.*, 2015).

Nessa perspectiva, é fundamental entendermos o conceito de pertencimento através de uma visão crítica como a da intelectual, mulher negra e feminista antirracista bell hooks (2009), para grupos sociais minorizados, pertencer se trata muitas vezes de superar alguns sistemas de opressões que ordenam a lógica de certos espaços, que podem ser sexistas, racistas, transfóbicos, capacitistas, entre outras formas de discriminação que negam e ferem a presença desses grupos. Para hooks, o pertencimento deve ser uma prática transformadora que constrói comunidades mais justas e equânimes, capazes de promover inclusão, solidariedade, cuidado mútuo e acolhimento.

Na conjuntura do evento, o horário também foi um desafio para parte desse grupo que geralmente não tem rede de apoio, precisa trabalhar muito e, se tiver filhos, não tem horário vago disponível, o que diminui o seu interesse em participar de discussões sociais, focando apenas em sobreviver. Estratégias precisam ser adotadas para o êxito desse tipo de evento tanto pela UFDPAr, quanto pela organização do evento e até pelo próprio município, que poderia ser um apoiador, como a expansão da divulgação em redes sociais e também de forma presencial para explicar a importância do evento de uma forma acessível e até questionar que horários preferem, a disponibilização de transporte para buscar essas pessoas, oferecimento de alimentação e todo tipo de ação que auxilie a engajar esse público. Com as participações que tivemos durante o evento, foi visível o quanto foi um espaço de troca extremamente importante e que deveria ocorrer mais vezes com mais pessoas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais de travestis e transexuais historicamente vêm produzindo narrativas que tensionam e denunciam um Estado que insiste em apagar a população trans e produzir políticas de aniquilamento. As políticas públicas existentes precisam ser

ampliadas para travestis e transexuais reconhecendo a importância da interseccionalidade no processo de construção de ações que de fato alterem a realidade dessa população.

A representatividade não deve ser utilizada para justificar práticas de silenciamento nos dispositivos de saúde, pois existem pluridiversidades na população de travestis e transexuais. Ademais, movimentos sociais se configuram como coletivo e esse movimento luta para que todas as corporalidades trans interseccionadas acessem a saúde com dignidade. É importante enfatizar que a saúde que travestis e transexuais reivindicam perpassa ao acesso a hormonização, pois compreendemos que as políticas públicas devem ser construídas e pensadas sobre a saúde mental de travestis e transexuais. As políticas de afirmação de gênero e modificação corporal são de extrema importância na promoção de saúde mental para a população travesti e transexual, uma vez que a hormonização pode ajudar na redução da ideação suicida e nos sintomas depressivos (Azevedo *et al.*, 2025).

Os avanços no âmbito da saúde acerca das especificidades da população de travestis e transexuais negras e negros são tímidos e ameaçados constantemente por políticas antitrans. O fantasma biologizante e a polícia de gênero; ferramentas que se somam para deslegitimar vidas de travestis e transexuais em todas as esferas sociais. O Estado Democrático e de Direito é uma ficção para a realidade de travestis e transexuais o que torna essa população vulnerabilizada.

Esse manifesto político/trabalho científico é uma estratégia ancestral de somar forças com pessoas trans e cis aliadas no enfrentamento da transfobia e racismo e outros marcadores sociais, que impactam diretamente no status de cidadania da população trans, corroborando com a morte física e social por falta de compromisso da sociedade e do Estado em construir um país onde corporalidades trans migre do status de sobreviver para viver gozando dos direitos, tal qual está na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Thiago Aparecido; MISAKA, André Katsuyoshi; HANASHIRO, Mariko. Formas de resistência e aquilombamento das pessoas transexuais no Brasil. **Serviço Social em Debate**, v. 6, n. 2, 2023.

AZEVEDO, Dandara da Silva; SILVA, Pedro Rafael Alves da; SILVA, Juliana Mendes da; BARROS, Maria Júlia Ribeiro; ALMEIDA, Maria Clara de; FREIRE, Sara Emília de Araújo. Processo hormonizador e saúde mental da população trans: revisão sistemática. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 8, n. 18, e082017, 2025. Disponível em: <https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/2017>. Acesso em: 13 jul. 2025.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 87-100, 2016.

BENTO, B. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, e185305, 2018.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BERNARDO, T. **Persistence and transformations of Brazilian racism**. Anuac, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Editora José Olympio, 2018.

CONNOLLY, M.; ZERVOS, M.; BARONE, C.; JOHNSON, C.; JOSEPH, C. The mental health of transgender youth: advances in understanding. **The Journal of Adolescent Health: official publication of the Society for Adolescent Medicine**, v. 59, n. 5, p. 489-495, 2016.

DE OLIVEIRA, Marcelo de Jesus; DOS SANTOS, Paulo Roberto Alves. Interseccional e aquilombamentos: vozes 'transvestis'negras em movimentos culturais de rua. **Seminário interdisciplinar de pesquisa**, 2023.

FAVERO, S. **Pajubá-terapia**: ensaios sobre a cisnorma. Porto Alegre: Nemesis Editora, 2020.

FISCHER, S.; VAZ, A. Manhãs de setembro e pertencimento familiar: imagens de (in)cômodos domésticos. **Comunicação & Inovação**, v. 23, n. 52, 2022. DOI: 10.13037/ci.vol25n52.8530. Disponível em: https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/8530. Acesso em: 19 mar. 2025.

GIACOMETTI, Fabiana Aparecida Prenhaca. **O nome do homem casado**: a cultura masculina e a função social do sobrenome. 2019

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

hooks, bell. **Pertencimento**: uma cultura do lugar. Nova York: Routledge, 2009.

HUMANOS, D. U. D. D. **Declaração universal dos direitos humanos**, 2015.

KRIZIZANOWSKI JUNIOR, Amauri; ZAMPIERI, Natalia Teodorovicz; BITTENCOURT, Ramon Maia; TAGLIAMENTO, Grazielle; SILVA, Andreza Cristina da. Acesso ao mercado de trabalho formal: desigualdades de gênero entre mulheres e homens trans. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 15, n. 46, p. 197-211, jul./dez. 2022.

LICCIARDI, N.; WAITMANN, G.; OLIVEIRA, M. A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho. **Revista Científica Hermes**, v. 14, p. 201-218, 2015.

LOPES, F.; SANTOS, R. **Histories and narratives of the first generation of travestis in Rio de Janeiro**. Transversal: International Journal for the Historiography of Science, 2024.

MAGALHÃES, Luiza Gomes. **Barreiras de acesso na atenção primária à saúde à travestis e transexuais na região central de São Paulo**. 2018.

KRISTEVA, Julia. **Poderes de la perversión**: ensayo sobre Louis-Ferdinand Céline. Ciudad de México: Siglo XXI, 2004.

MENDES, W.; SILVA, C. Homicídios de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1709-1722, 2020.

MENESES, Michele Neves et al. Tendas do afeto como um 'coração' em pulsação popular na extensão em saúde. **Rev. APS**, p. 544-547, 2015.

MOREIRA, M. I. C.; PATELLI, C. F. TranspareSer: autonomia e exercício de direitos de um coletivo de pessoas transexuais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe3, p. e228497, 2019.

MORENO, Jacob Levy; MORENO, Z. T. **Psicodrama**: Terapia de ação e princípios da prática. Daimon. (Obra original publicada em 1969), 2006.

NASCIMENTO, L. Transfeminismo: as vozes do traviarcado. **Notícias, Revista Docência e Ciberultura**, 2023.

PALHA, A. Transfeminismo e construção revolucionária. **Margem Esquerda**, v. 33, p. 11-18, 2019.

PARMENTER, J.; GALLIHER, R.; MAUGHAN, A. LGBTQ+ emerging adults perceptions of discrimination and exclusion within the LGBTQ+ community. **Psychology & Sexuality**, v. 12, p. 289-304, 2020.

PRECIADO, P. B. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.

PREU, R. O.; BRITO, C. F. Patologização da transexualidade: uma leitura crítica das transformações ocorridas nas três últimas versões do DSM. **Revista Gênero**, v. 19, n. 2, p. 134-154, 2019.

RAYARA, Megg. Por que você não me abraça. Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **SUR**, p. 167-179, 2018.

RODRIGUES, J.; NASCIMENTO, E. Um transfeminismo em rede: os nossos movimentos vêm da ancestralidade. **REBEH**, 2024.

ROSA, Eni Beatriz Pires de Resende. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, p. 59–103, 2020.

Recebido em: 25/03/2025
Aceito em: 07/08/2025